

Por Ruy Fabiano - jornalista

Antigamente, a rapina ao patrimônio público era ação de indivíduos, solitária ou em pequenas quadrilhas. Hoje, é sistêmica e se dá na casa dos bilhões.

A ruína do projeto político do PT – e o governo Dilma é sua mais eloquente síntese e tradução - dá-se em meio ao silêncio de entidades da sociedade civil, que, ao longo da história contemporânea, tiveram amplo protagonismo na cena pública.

Onde estão a OAB, a ABI, a UNE e a CNBB, entre outras siglas que se associaram à história da reação popular aos maus governantes? – eis a pergunta que não quer calar.

No momento em que a corrupção sistematizada, comandada de dentro do Estado, apresenta sua conta – Mensalão, quebra da Petrobras, violação da Lei de Responsabilidade Fiscal, falência da economia -, é no mínimo ensurdecador o silêncio de quem sempre soube falar tão alto em momentos de crise e de má governança.

O final do governo militar deveu-se a uma conjunção de fatores, que se resumem na falência de seu modelo econômico e na falta de representatividade de seu modelo político.

Foram essas entidades que romperam a mordaça da repressão, articularam a sociedade e levaram às ruas o "basta" da população. Exerceram, naquela oportunidade, uma vigilância cívica decisiva para que o país se reencontrasse com a democracia.

Mas essa vigilância, que prosseguiu nos primeiros governos civis – os de Sarney, Collor, Itamar e FHC -, começou a minguar até desaparecer por completo desde a posse de Lula, festejada por elas como se o país, enfim, tivesse chegado ao Paraíso.

O que se constata é que, a exemplo do que aconteceu com o próprio Estado brasileiro, essas entidades foram mutiladas na sua essência. Transformaram-se em células partidárias, corresponsáveis pelo projeto político em curso, de índole revolucionária.

A lógica revolucionária, como se sabe, é a da ruptura, que começa por dividir a sociedade e a colocá-la em conflito. Promove o caos e depois acena com a ordem totalitária para consertar o que ela mesmo quebrou. O país está em meio a esse processo.

O projeto do PT postula uma "sociedade hegemônica", que é o avesso de uma sociedade democrática, em que o poder se alterna entre os diversos partidos que se organizam para exercê-lo. Numa sociedade de pensamento único, não cabe a liberdade de imprensa, o que explica a obsessão petista por controlar a mídia.

Esse projeto de poder, gestado no Foro de São Paulo – entidade criada por Lula e Fidel Castro em 1990, para reunir as esquerdas do continente em torno de um projeto único de poder, a Grande Pátria -, já está em estágio mais avançado em países vizinhos, menos complexos que o Brasil.

Temos então a oportunidade de contemplar etapas pelas quais ainda não passamos, mas que, mantidas as ações em curso, fatalmente passaremos. E isso explica as dimensões estratosféricas da rapina petista ao Estado brasileiro.

Não foi o PT que inventou a corrupção, mas nada nem ninguém a elevou ao patamar em que se encontra. E o que temos corresponde apenas a um início de devassa numa única estatal. Como disse Paulo Roberto Costa, ex-diretor da Petrobras, o que lá se fez também se fez nas demais estatais, ainda não investigadas.

Antigamente, a rapina ao patrimônio público era ação de indivíduos, solitária ou em pequenas quadrilhas. Hoje, é sistêmica e se dá na casa dos bilhões. Para onde foi esse dinheiro, que se tem por irrecuperável? **Se só um gerente, Pedro Barusco, braço direito do Renato Duque, operador do PT na estatal (e que está solto), se dispôs a devolver 100 milhões de dólares, quanto está em jogo?**
(Grifei)

Não apenas: se o rombo já constatado – e, repito, estamos falando de apenas uma estatal – chega quase a 90 bilhões de reais, pergunta-se para onde foi essa montanha de dinheiro. Ninguém acredita que o dinheiro que Barusco vai devolver era só dele.

A lógica indica que ele era um laranja. O dinheiro, guardado em conta no exterior, serve à causa, assim como os demais 88,6 bilhões que a própria Graça Foster admite não ser o total. O dinheiro é do Foro e serve aos interesses da Grande Pátria, de que falava Hugo Chávez, o projeto de unificação socialista do continente. É dinheiro demais até para um partido com a voracidade do PT. É destinado a um projeto geopolítico – afinal, revolução é verba -, cujos adeptos dominam hoje as principais entidades da sociedade civil.

Daí o silêncio cúmplice com que acompanham os maiores desmandos já registrados na História não apenas do país e do continente, mas do próprio mundo moderno, como registrou o The New York Times. Em que medida esse ideário psicótico afetou as instituições, sobretudo o Judiciário, teremos a oportunidade de ver, nos desdobramentos da Operação Lava-Jato.

Aguarda-se para depois do carnaval a denúncia do procurador geral da República, Rodrigo Janot, e o posicionamento do relator do processo no STF, ministro Teori Zavascki. **Eles dirão em que estágio de subserviência e deterioração estão as instituições desta Sereníssima República.**

(Grifei)

Veja como publicado:

<http://noblato.oglobo.globo.com/artigos/noticia/2015/01/pergunta-que-nao-quer-calar-31-01-2015.html>